



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 08/05/2020. Publicação: 11/05/2020. Edição nº 084/2020.

Municipal de Saúde de São Luís (SEMUS), implementou-se o Projeto “Todos Pela Atenção Básica”, cujo objetivo é a redução dos índices de mortalidade neonatal do Estado;

CONSIDERANDO que se faz necessário, através dos órgãos de execução do MP/MA nos municípios maranhenses, averiguar a assistência ao pré natal (quantidade de consultas realizadas; dificuldades para a marcação de consultas; óbices para a realização de exames; demora para entrega de resultados dos exames; falta de medicamentos, equipamentos e insumos na UBS; local de realização do parto; se foi garantido o transporte sanitário em caso de transferência a hospital de referência, etc);

CONSIDERANDO que cabe aos órgãos ministeriais aferir as informações constantes nas Fichas de Notificação, a serem preenchidas pelas UBS's, a fim de que, a depender do caso, constatar se há liame entre o estado de saúde da paciente quando da chegada no estabelecimento de referência e as condições em que se deu a transferência pela unidade de origem, bem como se há alguma relação com a qualidade da assistência ao pré natal e parto;

CONSIDERANDO que toda situação repercute nos regramentos constitucionais do dever do Estado à prestação da saúde pública, bem como à proteção à maternidade, previstos no art. 196 e art.203, I, ambos da Constituição da República, respectivamente;

CONSIDERANDO o encaminhamento, por meio do CAOP/Saúde, de instrumento de coleta de dados de uma gestante e de um recém-nascido, residentes no Município de Apicum-Açu, encaminhados à Santa Casa de Misericórdia em Cururupu/MA;

CONSIDERANDO a necessidade da padronização dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público, sendo o Procedimento Administrativo Stricto Sensu (PASS) destinado ao acompanhamento e fiscalização, de cunho permanente ou não, de fatos posteriores à sua instauração, bem como de instituições e de políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil ou procedimento preparatório – nos casos em que não haja indícios prévios de ilicitudes (artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e artigos 8º e ss., da Resolução nº 174/2017 – CNMP);

RESOLVE

Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU Nº 003/2020, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a assistência ao pré natal de gestantes, prestada pelos Municípios de Bacuri e Apicum-Açu, as quais foram encaminhadas a hospitais de referência, tendo em vista a rede de combate ao índice de mortalidade neonatal do Estado do Maranhão através do projeto “Todos Pela Atenção Básica”, determinando, inicialmente:

I – Registre no sistema SIMP com as cautelas de praxe;

II – Acrescente-se o presente Procedimento Administrativo no relatório trimestral de atividades para o envio ao Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão.

III - Publique-se esta Portaria no salão de entrada desta Promotoria de Justiça e promova o seu envio à Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no Diário Oficial do Estado pelo setor da Biblioteca.

IV – Após, traga-me conclusos para deliberação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Bacuri, 06 de maio de 2020

* Assinado eletronicamente

IGOR ADRIANO TRINTA MARQUES

Promotor de Justiça

Matrícula 1074130

Documento assinado. Bacuri, 06/05/2020 21:46 (IGOR ADRIANO TRINTA MARQUES)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-PJBAC, Número do Documento 42020 e Código de Validação 3B48DF56BD.

BEQUIMÃO

REC-PJBEQ – 72020

Código de validação: E053FAA75C

RECOMENDAÇÃO

REF.: PA 000117-024/2020

EMENTA: Prevenção ao COVID-19. Ações de isolamento social. Diminuição das medidas restritivas. Necessidade de rede de atendimento à saúde plenamente estruturada para o pico da doença. Possibilidade de enquadramento dessa conduta como improbidade administrativa, por proteção ineficiente do bem jurídico da vida.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo(a) Promotor(a) de Justiça signatário, no exercício das atribuições constitucionais e legais, com arrimo no art. 129, III, CR/88, no art. 6º, inciso XX e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, art. 25, incisos IV, alínea 'a', e VIII, e art. 26, caput e incisos, todos da Lei nº 8.625/93, art. 26, inciso V, alínea 'a', da Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 013/91, na Resolução CNMP nº 164/2017, e



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 08/05/2020. Publicação: 11/05/2020. Edição nº 084/2020.

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal sempre que for necessária a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I da Lei nº 8.625/93; CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público “ expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis” (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 6º, incisos VII, alínea “b”, primeira parte e XX, da Lei Complementar nº 75/93, art. 27, Parágrafo Único, inciso IV e art. 80 da Lei nº 8.625/1993);

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, nos termos da Resolução CNMP nº 164/2017;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (artigo 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que tão somente violem aos princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, bem como, em 11.3.2020, classificou a situação mundial como pandemia, prevendo as seguintes medidas de saúde pública para diminuição da transmissão de doenças infecciosas sem vacina ou tratamento farmacológico específico e enfatizando a sua adoção em relação à COVID-19[1]: proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento – as quais pressupõem a realização de despesas de vária monta e diversas naturezas, tanto para sua implementação e fiscalização, como para a tomada de outras medidas destinadas a fornecer insumos vitais à população em isolamento;

CONSIDERANDO que, conforme as mencionadas normas, a diferença entre as situações de emergência e a de calamidade pública é relativa ao grau de intensidade do desastre e do comprometimento da capacidade de resposta;

CONSIDERANDO que, não obstante esta Promotoria de Justiça ter

i) recomendado à Secretaria Municipal de Saúde que procedesse à realização de inventário semanal dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis (OFC-PJBEQ 1012020 e 1092020);

ii) solicitado ao citado Órgão que adotasse as providências necessárias para a disponibilização dos leitos do Hospital de Pequeno Porte situado no Município (OFC-PJBEQ 1132020), tais documentos, até o momento, não foram integralmente respondidos;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 35.672, de 19 de março de 2020, do Estado do Maranhão, declarou estado de calamidade em virtude, dentre outros, da pandemia do COVID-19, já estabelecendo medidas restritivas de locomoção, visando conter o crescimento do novo coronavírus em nosso Estado; CONSIDERANDO que o Decreto nº 35.714, de 03 de abril de 2020, do Estado do Maranhão, prorrogou o prazo e aumentou as hipóteses de isolamento social e proibição de algumas atividades sociais e econômicas no âmbito do Maranhão; CONSIDERANDO que o Decreto nº 35.731, de 11 de abril de 2020, do Estado do Maranhão, dispôs sobre as regras de funcionamento das atividades econômicas no Maranhão, em razão dos casos de infecção de COVID-19, que manteve as restrições dos decretos anteriores nos Municípios que integram a Região da Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar), mas liberou aos demais municípios de outras regiões de planejamento do Estado a possibilidade de suspenderem total ou parcialmente as citadas restrições, “desde que observadas as regras estaduais estabelecidas no Anexo III”;

CONSIDERANDO a Nota Pública da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PGR-00139806/2020), onde, de acordo com o Boletim Epidemiológico nº 8 do Ministério da Saúde, de 09 de abril de 2020, admite a possibilidade de flexibilização das medidas de isolamento social, desde que obedecidas as seguintes regras: garantia de que o sistema de saúde municipal está estruturado para atender ao pico da demanda, com respiradores suficientes, EPIs para os trabalhadores da área de saúde (como gorro, óculos, máscara, luvas e álcool gel), recursos humanos para o manejo de cuidados básicos e avançados de pacientes da covid-19, leitos de UTI e de internação, bem como testes laboratoriais para o diagnóstico dos pacientes); CONSIDERANDO que esse mesmo Boletim Epidemiológico nº 8 do Ministério da Saúde afirma: “Avalia-se que as Unidades da Federação que implementaram medidas de distanciamento social ampliado devem manter essas medidas até que o suprimento de equipamentos (leitos, EPI, respiradores e testes laboratoriais) e equipes de saúde (médicos, enfermeiros, demais trabalhadores de saúde e outros) estejam disponíveis em quantitativo suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de distanciamento social seletivo”;

CONSIDERANDO que o OFC-CIRC-GPGJ - 122020, que orientou a posição institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, na mesma linha de atuação do Ministério Público Federal, afirma: “pode o membro do Ministério Público, respeitada a sua independência funcional, recomendar aos gestores que antes de tomar medida administrativa tendente a flexibilizar o distanciamento social ampliado, comprove o efetivo preparo da Rede nos moldes aqui elencados e que declaração nesse sentido fixa o dolo na hipótese de eventual colapso do sistema, o que enseja a responsabilidade civil, criminal e por improbidade administrativa”; CONSIDERANDO que essa conduta do gestor em liberar, no âmbito do Município, o isolamento social, sem a



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 08/05/2020. Publicação: 11/05/2020. Edição nº 084/2020.

existência das condições necessárias para suprir eventual pico da pandemia do novo coronavírus na rede municipal de saúde, pode caracterizar ofensa aos princípios da moralidade administrativa e motivação dos atos administrativos, estruturantes do Estado Democrático, face a possível proteção deficiente do bem jurídico tutelado (vida), sendo isto, ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92 (art. 11);

RESOLVE

RECOMENDAR a Sua Excelência, o(a) Senhor(a) Prefeito(a), em caráter preventivo e sem indicativo de irregularidade ou ilicitude atuais e sem representar ingerência nas atribuições do

Poder Executivo Municipal que:

A) Ao analisar a posição do Município quanto às restrições econômicas na área de influência de sua urbe, face a permissão do Decreto nº 35.731, de 11 de abril de 2020, do Estado do Maranhão, garanta a estrutura mínima de sua rede pública municipal de saúde para o combate à pandemia do COVID-19, tais como: 1) Aquisição com respiradores suficientes para o pico da doença nas projeções para o referido município; 2) Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para todos os trabalhadores da área de saúde (como gorro, óculos, máscara, luvas e álcool gel); 3) Recursos humanos necessários e suficientes para o manejo de cuidados básicos e avançados de pacientes da COVID-19, bem como leitos de UTI e de internação, além dos testes laboratoriais para o diagnóstico dos pacientes;

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação poderá acarretar a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, pelo Ministério Público, inclusive, o eventual ajuizamento da pertinente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Outrossim, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, segunda parte, da Lei nº 8.625/93, sob penas da legislação, o Ministério Público, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça ao final assinado(a), REQUISITA que, no prazo de 10 (dez) dias:

A) seja encaminhada a decisão do Município de Bequimão quanto às restrições socioeconômicas (isolamento social) na área dessa municipalidade, com toda a documentação correspondente;

Registre-se, encaminhando-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO ao(a) Prefeito(a) Municipal e ao(a) Secretário(a) Municipal de Saúde.

Encaminhe-se cópia eletrônica à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do MPMA.

Afixe-se cópia no átrio da Promotoria, para conhecimento geral.

Cumpra-se.

Bequimão, 15 de abril de 2020.

* Assinado eletronicamente

RAQUEL MADEIRA REIS

Promotora de Justiça

Documento assinado. Bequimão, 15/04/2020 16:28 (RAQUEL MADEIRA REIS)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJBEQ, Número do Documento 72020 e Código de Validação E053FAA75C.

[1] <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technicalguidance/critical-preparedness-readiness-and-response-actions-for-covid-19>

REC-PJBEQ – 82020

Código de validação: 4C24F9A4BC

RECOMENDAÇÃO

REF.: 000118-024/2020

EMENTA: Prevenção ao COVID-19. Ações de isolamento social. Diminuição das medidas restritivas. Necessidade de rede de atendimento à saúde plenamente estruturada para o pico da doença. Possibilidade de enquadramento dessa conduta como improbidade administrativa, por proteção ineficiente do bem jurídico da vida.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo(a) Promotor(a) de Justiça signatário, no exercício das atribuições constitucionais e legais, com arrimo no art. 129, III, CR/88, no art. 6º, inciso XX e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, art. 25, incisos IV, alínea 'a', e VIII, e art. 26, caput e incisos, todos da Lei nº 8.625/93, art. 26, inciso V, alínea 'a', da Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 013/91, na Resolução CNMP nº 164/2017, e

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal sempre que for necessária a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I da Lei nº 8.625/93;